

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Trabalho, Natureza e Crise Estrutural do Capital: Considerações sobre a Devastação da Amazônia**

**Tatiana Fonseca Oliveira<sup>1</sup>**

Foi registrado nesse último mês de junho a maior aglomeração de incêndios da Amazônia dos últimos 13 anos. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram detectadas 2248 mil focos de incêndio. Isso representa um aumento de 19,57% em relação ao mês de junho de 2019, ano em que todos haviam pensado que os incêndios, com os seus 1880 focos, tinham chegado ao seu recorde e, não por acaso, esse evento da região amazônica chamou tanto a atenção da mídia por ter coberto o céu de São Paulo de fuligem.

Ao fazer uma falsa ruptura com o passado (e não um passado muito distante), hoje, acusamos os brasileiros e, principalmente, o seu presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro de serem os únicos responsáveis dessas tragédias. Geralmente, não se fala nem que a Amazônia vem queimando há várias décadas e, acima de tudo, qual é a principal razão pelo qual ela queima.

Existe uma falsa idéia de que a Amazônia é destruída para satisfazer a nossa avidez por carne e laticínios, uma vez que uma boa parte da sua deflorestação está ligada à criação de campos de pastagens para os bois ou para desenvolver a cultura da soja transgênica. Ambos os setores estão voltados para consumo interno e para exportação e, assim, para a nutrição ligada

---

<sup>1</sup> Doutora em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora da *Université Côte d'Azur*, Nice, França.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

à pecuária intensiva nacional e, de forma marcante, a europeia<sup>2</sup>. Essa tese levada ao extremo, inclusive, justifica a ação de combate dos vegetarianos e/ou dos veganos.

É curioso observar que a Amazônia não é somente midiaticizada pelo fato dela ser um reservatório importante de biodiversidade, pela abundância de matéria-prima, ou ainda, pelo seu poder de armazenar uma quantidade importante de carbono, um dos contribuidores do efeito estufa – tendência, inclusive, não mais completamente confirmada, na medida em que cresce o perigo da Amazônia deixar de ser uma sequestradora de carbono e se transformar em emissora de carbono, devido exatamente aos frequentes incêndios que ali ocorrem. Ela é midiaticizada também por ser alvo de projetos públicos de meio ambiente e sustentabilidade, com os quais muitos políticos de nível nacional e internacional, e organizações paralelas, tomam a frente sem obterem, no entanto, devido à própria natureza estéril desses projetos, nenhum resultado consequente. Podemos, no entanto, perguntar: qual é verdadeiramente o maior interesse em torno da Amazônia?

Sem um projeto de transformação de mundo claro e decisivo, como defenderemos mais a frente, tomar as ruas em defesa da Amazônia, para procurar barrar os projetos neoliberais, é quase tão inócuo quanto petições coletivas do tipo « Pray for Amazon ». Isso sem falar da existência dos “partidos verdes” (sobretudo europeus) e de sua hipócrita função mediadora no cumprimento dos interesses das empresas dos países centrais. A tentativa de minimizar os impactos negativos no meio ambiente através da concepção ecológica conservadora (isto é, pautada na existência do Estado, como veremos mais a frente) está fadada ao fracasso.

Atiramos igualmente a atenção para o fato de que a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, ou ainda, é o maior bioma (conjunto de ecossistemas) registrado no planeta. Detém cerca de cinco milhões e meio de quilômetros quadrados e inclui territórios no Brasil, Peru,

---

<sup>2</sup> « O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) visa facilitar o comércio entre os dois blocos. Prevê a eliminação, no prazo de dez anos, de quase todas as tarifas aplicadas hoje sobre as exportações de um continente para outro. Na agricultura, a UE concordou com uma cota anual de importação de 99.000 toneladas de carne bovina sul-americana. Em troca, obteve melhor acesso de suas empresas a compras públicas nos países do Mercosul e proteção de suas indicações geográficas protegidas.». Maxime Vaudano, Comprendre le revirement d’Emmanuel Macron sur l’accord UE-Mercosur, *Le Monde*, Publié le 26 août 2019, mis à jour le 27 août 2019. [https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2019/08/26/comprendre-le-revirement-d-emmanuel-macron-sur-l-accord-ue-mercosur\\_5503000\\_4355770.html](https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2019/08/26/comprendre-le-revirement-d-emmanuel-macron-sur-l-accord-ue-mercosur_5503000_4355770.html)

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Equador, Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Como explica o pesquisador do INPE Alberto Setzer<sup>3</sup>, ou ainda, o pesquisador Ted Feldpausch<sup>4</sup>, da Universidade de Exeter no Reino Unido, e tantos outros, é fato que o clima mais seco e mais quente dos últimos anos propicia incêndios (como acontece, por exemplo, na Europa ou na Austrália), mas essa não é a principal causa das origens das queimadas na Amazônia, mas sim as atividades humanas efetuadas nessa região (sustentamos aqui que as atividades dos ribeirinhos e dos indígenas não corroboram nessa destruição).

Portanto, os incêndios na Amazônia não é simplesmente consequência do aquecimento do planeta ligado ao alto índice de poluição. Os incêndios na Amazônia provêm, sobretudo, dos altos índices de desmatamento efetuados através incêndios criminais<sup>5</sup> e degradação efetuados na floresta, na medida em que os madeireiros e os mineradores procuram saciar as demandas por madeira e ouro das grandes multinacionais, os criadores de gados precisam de grandes hectares de terras para os seus pastos, os responsáveis pela produção de soja transgênica dos agronegócios necessitam exportarem e claro, não podemos esquecer, a própria fundação (em 2016) da barragem/hidrelétrica de Belo Monte na bacia do rio Xingu, crime ambiental cometido durante o governo de Dilma Rousseff do PT que tanta morte e penúria provocou na região.

Sustentamos aqui que é uma ilusão acreditar que a degradação florestal amazônica está ligada à falta de vontade política. Sem dúvida é estarrecedor saber que os poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário) estão trabalhando incessantemente para aumentar o desmatamento e a degradação da Amazônia. Essas instituições estatais agem por meio, por exemplo, de decretos e projetos de lei, ou ainda, através do sucateamento de órgãos de controle como o IBAMA e FUNAI, uma vez que o objetivo é aumento o lucro da elite brasileira e das

---

<sup>3</sup> Giovanna Girardi, Número de focos de incêndio em todo o Brasil neste ano já é maior desde 2013, *Estadão*, 19/08/2019. <https://busca.estadao.com.br/?q=Alberto+Setzer++amazonia>

<sup>4</sup> Ted Feldpausch – Research Group / Research highlights on forest ecology, forest-climate interactions, and land-use change. <http://sites.exeter.ac.uk/tedfeldpausch/>

<sup>5</sup> Chegou-se ao cúmulo, no dia 10 de agosto de 2019, de fazendeiro e empresários organizam uma "ação orquestrada" para incendiar pontos da floresta amazônica. Cidades que cortam a BR-163 no sudeste do Pará foram tomadas por densas nuvens de fumaça logo após essa ação criminal. Esse dia, inclusive, ficou conhecido como "dia do fogo". Ver mais detalhes sobre esse crime no artigo do jornal *Folha de São Paulo*, 25/08/2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml>

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

multinacionais. No entanto, para não cair nessa armadilha conceitual, isto é, da “vontade política”, é importante compreender qual é a essência do Estado e a sua função, além do aspecto de que esse fenômeno de degradação das florestas – e da natureza de uma modo geral – não está circunscrito ao Brasil. Ela acontece em diversos pontos do mundo.

A Amazônia, sem dúvida, está sendo ameaçada, está sendo sistematicamente devastada e isso denota, como defenderemos aqui, a dimensão material aterrorizadora da lógica irracional e inumana do desenvolvimento do capital e de sua atual crise estrutural.

## **A Reprodução Destrutiva do Capital**

É com a atual "crise estrutural do capital" (Mészáros, 2002) que o aprofundamento da crise ambiental atingiu sua forma mais destrutiva. O caráter perdulário e irracional do sistema de capital é própria da abundância proveniente da destruição imparável da natureza e da exploração (e extermínio) cada vez mais intensa da força de trabalho.

De acordo com Mészáros (2002), o capital subordina o valor de uso ao valor de troca. Quando o capitalismo transformou-se em modo de produção preponderante, o desenvolvimento dos meios de produção passou a não estar mais completamente interligado, ou subordinado, ao desenvolvimento das necessidades humanas. Na medida em que os meios de produção é parte orgânica do capital, eles, por um lado, tendem mesmo a repelir às necessidades humanas e, por outro, colocam-se cada vez mais como expressão das “necessidades da produção”. A dinâmica fundamental é resguardar a expansão do capital. É somente assim que podemos compreender o porquê dos avanços técnicos-científicos, atrelados aos meios de produção, responderem negativamente ao saciamento das necessidades humanas e, quando por vezes essa resposta é positiva é somente porque tal resposta corresponde à intrínseca lógica de expansão do capital.

Abrimos aqui um parêntese para ilustra que sendo as Universidades e os centros de pesquisas em geral o epicentro do desenvolvimento técnico-científico, não é por acaso que no caso brasileiro, de país de capitalismo dependente e tardio, existam convênios de grandes centros universitários com multinacionais. Um caso típico é o da *Universidade de São Paulo*

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

(USP) e da *Universidade Estadual de Campinas* (UNICAMP) com a Monsanto e Cargill, empresas neoimperialistas interessadas ao agronegócio brasileiro. A primeira, é a líder mundial na produção do herbicida glifosato, um agrotóxico comprovadamente cancerígeno e indiscriminadamente utilizado no Brasil, a segunda, é responsável pelo processamento de alimentos, fabricação e venda de ração animal, distribuição de grãos e outras *commodities* agrícolas, entre outras atividades. Fechamos aqui o parêntese.

É devido a essa predominância da “necessidades da produção” que a fronteira da real capacidade humana de consumo foi sempre infringida, seja através de uma grande massa de mercadorias descartáveis, seja através do consumo de mercadorias de luxo. Ambos os tipos, no entanto, destinadas ao consumo de uma parte cada vez mais concentrada da população global – uma vez que temos que considerar que após a grande crise do capital dos anos de 1965/1970 e as sucessivas reestruturações produtivas, deixou de ser realizada uma produção que visava o atendimento de uma massa mundial de consumidores. O movimento da própria realização do valor de troca passa então a engendrar tanto as necessidades artificiais de consumo para um “público específico”, quanto a produção perdulária e a intensificação do processo de obsolescência programada ou planejada, colocando assim em curso o esgotamento dos recursos naturais não renováveis e a geração de uma quantidade monumental de lixo que subsidiam o processo de devastação não somente das florestas como do planeta.

Em outras palavras, o aumento populacional (atualmente em desaceleração) não necessariamente amplia a exploração da natureza pelo ser humano. É incontestável o fato que são sobretudo os “países centrais” os maiores consumidores dos recursos naturais e da riqueza social. Nesse sentido, a expansão do consumo ocorre de maneira desigual no mundo, uma vez que a maior parcela da população global, formada pelos países ditos periféricos tem um consumo total de energia e produção industrial ínfimos se compararmos, por exemplo, aos dos Estados Unidos. Para se ter uma idéia, o EUA, detentor de apenas 5% da população mundial, consome 25% de toda a energia produzida no mundo<sup>6</sup>, ou ainda, lança mão de ¼ de todos os

---

<sup>6</sup> Dados retirados do livro de Ernesto Van Peborgh. *Redes: o despertar da consciência planetária*. São Paulo: DVS, 2013. Observa Van Peborgh que no ranking da consumação do petróleo, eles consomem o dobro da China, o segundo lugar desse mesmo ranking.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

recursos do planeta. Eles são também um dos países responsáveis pela grande parte das emissões de dióxido de carbono decorrentes da queima de combustíveis fósseis – recursos naturais que não são renováveis ao longo da escala de tempo humana<sup>7</sup>.

É possível perceber então que o fator *produtividade* está visceralmente ligado ao fator *destrutividade* no circuito de acumulação acelerada do capital e da sua expansão. Essa é, inclusive, a chave, como nos explica Mészáros (2002), para se entender o porquê o complexo industrial-militar é fundamental no processo de monumental ampliação do sistema produtivo e acumulação do grande capital e, consecutivamente, de destruição veloz da riqueza social. A superprodução desse complexo não é um impedimento na cadeia de absorção dessas mercadorias, uma vez que elas não precisam ser obrigatoriamente consumidas.

Na linha de Mészáros (2002), exemplifica Lessa (LESSA, 2012, p. 63).

“[...] Os EUA produziram bombas atômicas suficientes para destruir o mundo 66 vezes; a ex-URSS, para destruir o mundo outras 33 vezes. Do ponto de vista militar, isto é um contrassenso. Como a vitória militar deve ser obtida ao menor custo possível, não há sentido em produzir bombas em quantidade suficiente para destruir o planeta 99 vezes. Basta destruí-lo uma única vez. O arsenal nuclear não foi produzido para ser empregado em uma guerra; pelo contrário, foi construído porque era uma fonte de lucros quase perfeita: o Estado era o comprador seguro (porque dominado pelas mesmas forças econômicas que também controlam as indústrias de armas), e o lucro era realizado no momento da venda; as armas nem sequer têm de ser consumidas pelo Estado para gerarem lucros”.

A impulsão ao consumo veloz é próprio dessa “reprodução ampliada do capital”, expressão de Mészáros (2002), ou ainda, dessa engrenagem do sistema de produção, intrínseca ao século XX e aos nossos dias, e pela sua corrida desenfreada visando uma larga acumulação

---

<sup>7</sup> Ver o site da *Global Footprint Network*: <https://www.footprintnetwork.org/>

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

– sem a qual essa engrenagem não se perpetua. Isso contempla todos os setores da economia e seus produtos: carnes, aço, papel, madeira, soja, medicamentos, carros, vestidura, etc. Isso significa dizer que não é deixando de consumir um produto x ou z que um aglomerado de indivíduos irá reverter essa tendência de expansão e autorreprodução do capital e, assim, a destruição da Amazônia e de várias outras importantes florestas que restam no planeta. O que é necessário é demolir o capital!

Esse circuito vicioso traz consigo, inclusive, o então desemprego crescente, na medida em que a extração da mais-valia requer instrumentos tecnológicos que reduzem a necessidade de um grande número de força de trabalho. Desse modo, a produção destrutiva, também por meio do desemprego, é a destruição das pessoas. Ou seja, a produção destrutiva do capital implica forçosamente o aniquilamento dos produtos e dos seus produtores. E, por extensão, a destruição do equilíbrio ecológico do planeta.

Explica-nos também a essa propósito Tom Thomas, no seu último livro *Ville et capital* (2019, p. 72):

« Já em seu tempo Marx se referiu aos proletários como "uma classe expulsa da sociedade" quando se tratava de desfrutar das "vantagens" que, no entanto, eles primeiro contribuíram para criar. Hoje a expulsão vai além disso. Uma quantidade cada vez maior de indivíduos tornou-se completamente inútil para o capital, existem em seus olhos apenas como pesos mortos, e como perigo. No passado, os desempregados formavam um "exército de reserva" para o capital: eram usados em períodos de expansão. Mas com a senilidade do capital vem também o momento em que o desemprego se torna permanente para muitos que, portanto, pelas centenas de milhões no mundo, nem sequer estão "em reserva" mas "demais".»

Se o processo de acumulação de capital se realiza hoje, por um lado, através de uma guerra cruenta pela captura dos recursos naturais e por uma corrida supersônica pelo

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

apoderamento de toda mais-valia (absoluta e relativa) produzida pelo planeta, por outro, esse mesmo processo desencadeia o aniquilamento de uma quantidade monumental de recursos humanos e materiais. Não existe, portanto, nenhuma racionalidade baseada nos interesses sociais e ecológicos, muito pelo contrário! É somente entendendo essa dinâmica da reprodução destrutiva do capital que podemos mapear qual o “verdadeiro” interesse pela Amazônia e o porquê ela está sendo incessantemente queimada.

E a propósito do aniquilamento dos recursos humanos e, antes de passarmos ao nosso último item, que chamamos ainda atenção para o fato que o Brasil é um dos países basilares na estrutura do capital mundial, o que lhe rendeu, inclusive, o título de “país emergente”. Isso é devido à três aspectos. Em primeiro lugar, ele é dotado de uma natureza virgem (a Amazônia e outras reservas naturais) pronta para ser transformada em mais-valia. Em segundo lugar, esse país-continente oferece uma força de trabalho barata e dócil, controlada rigidamente pelo Estado (e seus sindicatos pelegos). Não é por acaso que os trabalhadores no Brasil praticamente não tiveram direito ao confinamento na atual pandemia do covid-19, uma vez que eram impelidos a trabalhar para poder comer. Uma enorme parcela da população, inclusive, não foi contemplada com as migalhas do vergonhoso Auxílio Emergencial. Em terceiro lugar, a classe dominante brasileira é completamente incorporada e subordinada ao sistema de capital mundial, ou seja, são sócias minoritárias do capital internacional. Coube e cabe a essa elite – que berrou junto ao seu presidente neofascista, “que morram quantos tiverem que morrer!” – impelir o proletariado ao trabalho na presente crise sanitária para bem servirem os países capitalistas centrais e, assim, preservarem a condição de classe dominante da periferia. Foi, inclusive, essencial que os países da periferia do capital globalizado (dentre os quais o Brasil) não parassem para que países como os EUA, China, e os mais ricos da Europa, pudessem minimizar suas perdas econômicas e seus mortos. Se eles, por um breve período não puderem acumular *in locus*, isso continuava sendo feito na periferia do grande capital.



# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## A falácia da “vontade política”

Relembrando mais uma vez os ensinamentos de Marx, em *O capital*, é devido a essa tendência (anteriormente mencionada) da capacidade produtiva ser maior que a do consumo e, consecutivamente, o desencadeamento da diminuição dos preços, que há a queda da taxa de lucros e a crise se instala. Para remediar esse circuito vicioso é preciso rebaixar o valor da força de trabalho e aumentar a tecnologia, cresce assim o desemprego, compromete-se a capacidade novamente de consumo e a contradição se aprofunda...

É essa dinâmica social, não pautada na satisfação das necessidades humanas, mas sim na perpétua realização do interesse do capital que, no dizer do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), “se a natureza fosse um banco, já teria sido salva”.

Se no passado o poder político (o Estado moderno) estava restrito apenas a algumas funções básicas de garantia da ordem e da propriedade, de legitimação ideológica e de sustentação jurídico-legal<sup>8</sup>, essa mesma instituição passou a ser convocado, a partir de Keynes, enfim da *New Deal*, passando pela experiência do *Welfare State* até os nossos dias, a atuar diretamente na contraposição à tendência decrescente da taxa de lucro.

Dizendo de outro modo, devido ao seu essencial caráter, o de gestão (e não de superação) das contradições sociais e atendimento dos interesses da classe dominantes, o Estado assume, e essa não é uma novidade dos programas político-econômicos ditos “neoliberais”, sua função cada vez mais repressiva; ele passa, na nova era de crise sistêmica que se aprofunda, a transferir parte do excedente de capital sob a forma de impostos aos capitalistas, os quais usufruem dos fundos públicos para realizar os seus investimentos, manterem em pé suas empresas e, por consequência, os seus lucros. Ocorre assim um deslocamento dos gastos estatais (nunca tão altos como a partir dos anos de 1980) que migrarão dos gastos sociais para as despesas militares, subsídios à iniciativa privada, apoio a instituições financeiras (o então

---

<sup>8</sup> Cf. Mészáros (2002, p. 675-700), capítulo 16, A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e autorreprodução destrutiva do capital.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

salvamento de bancos) e, claro, o cumprimento, por parte dos países periféricos, do pagamento de juros de suas dívidas públicas.

Podemos então afirmar que a lógica genocida e destruidora da natureza de Bolsonaro, é a lógica genocida e destruidora da natureza do capital. Temos que considerar, e levando sempre em consideração o desdobramento da crise estrutural do capital, que no plano nacional, de uma certa “autonomia relativa”, a economia brasileira já teve o seu esgotamento com a política economia “neo-kenesiana” dos governos petistas (ou seja, o de aumentar a economia do país a partir do endividamento e da privatização das empresas estatais). Coube então ao Bolsonaro entregar o que faltava ser entregue, ou seja, o resto da Pré-sal e a Embraer aos Estados Unidos e seguir adiante com as rodadas de privatizações, sobretudo, da saúde e da educação. Compete a ele também facilitar ulteriormente a contínua espoliação dos recursos naturais tanto requisitados pelo *agrobusiness* local e pelas multinacionais. Não há esperanças para um futuro próximo. O Brasil hoje não tem praticamente crescimento do PIB, devido à recessão econômica no qual está mergulhado e uma hecatombe de vítimas do covid-19 e da fome está em curso.

É ilusão achar, como pensam muitos militantes de esquerda (ou de esquerda-liberal), que ao manter o Estado, a propriedade privada e o capital, é possível, através da “boa vontade política” mudar o rumo da destruição da Amazônia e da natureza em geral. Essa instituição, através de sua própria estrutura, de sua constituição interna e de suas políticas públicas, sempre atuou de forma decisiva na manutenção do *status quo*; ele entra na nova era de acumulação em escala global como agenciador dos apetites insaciáveis do capital. Nenhum Estado, nem mesmo àqueles que compuseram e que compõem o bloco dos “socialistas”, foi capaz, e não poderia ter sido diferente, de tomar uma outra estrada.

Se observarmos bem, foi a partir dos anos de 1980, nos países centrais, e nos anos de 1990, nos países periféricos, que o Estado passou a promover a abertura dos mercados e a liberar o acesso do capital privado àquelas atividades que antes eram largamente delegadas ao Estado (educação, saúde, fundos de previdência, aposentadorias, etc.). O Estado brasileiro não é certamente a exceção.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O Estado e seus aparatos, sobretudo o repressivo, sempre foram fundamentais ao processo de acumulação e expansão de capital. Não sendo essa esfera autônoma (ou seja, o Estado não está separado da economia), ela é incapaz, mesmo alargada em suas funções, de enfrentar as crises cíclicas, e hoje estrutural, do capital. Essa crença de que existe uma separação entre economia e Estado (política) favorece, inclusive, o ocultamento da exploração do trabalho, que é a fonte real da riqueza, pelo capital. Tal concepção reproduz, como já nos explicou Marx, e intensifica e não supera a antinomia entre liberdade formal e desigualdade social real.

Todos os governos sem exceção, enquanto “personificadores do capital”, estão essencialmente submetidos à ordem social metabólica dessa nefasta entidade social que é o capital, ou ainda, o capital na sua “fase senil”, para usarmos uma expressão de Tom Thomas (2017). Eles tendem ao colocar em moto política-econômicas, chamadas por muitos de “neoliberais”, que só têm razão de existir porque atendem aos interesses da acumulação do capital. Esse percurso “neoliberal”, é somente o próprio percurso do capital na sua crise estrutural. Crise essa que gera, por um lado, o desemprego estrutural e, por outro, o aumento (ou suscitação) da precarização do trabalho e a diminuição do valor real dos salários. Enfim, as gestões governamentais e todas as suas “vontades políticas”, uma vez pautada na defesa da propriedade privada e do lucro, e assim nas forças repressivas, ao perderem o controle da gestão do desemprego, da miséria, e por consequência da violência, não somente intensificam o antagonismo social, mas pleiteiam propriamente a eliminação da “classe subalterna” (expressão de Gramsci, 2004). Somente entendendo esse aspecto da realidade é que é possível compreender, por exemplo, as práticas sarcásticas do governo sueco diante dos seus idosos na pandemia do Covid-19<sup>9</sup>.

A crise estrutural profunda em que estamos todos submersos, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, profere de maneira aguda sua incontornabilidade e essa incontornabilidade não deve ser simplesmente taxada de “neoliberal”, mais ela é própria do

---

<sup>9</sup>Cf; o artigo “É terrível ser velho na Suécia: 88% dos idosos com covid-19 morreram sem cuidados hospitalares”, *Revista Época*, 23/06/2020. <https://epoca.globo.com/e-terrivel-ser-velho-na-suecia-88-dos-idosos-com-covid-19-morreram-sem-cuidados-hospitalares-24493914>

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

irracional e devastador percurso do “*capital automate*” (Tom Thomas, 2017). Não é o Estado alargado (para alguns “anti-neoliberal”) um antídoto à crise estrutural que vivemos, uma vez que ele faz parte da engrenagem do capital. Fazer assim uma crítica radical ao Estado, seja ele democrático (privilégios dos países ricos, mas que já não cumpre a sua plena função por causa de suas constantes e crescentes perdas de direito) ou ditatorial (sobretudo os da periferia do sistema), é indispensável. Para lutar a favor da emancipação humana, da emancipação do trabalho, e assim, combater a favor de uma urgente necessidade de se constituir um novo metabolismo social pautado pelo *trabalho associado*<sup>10</sup>, é fundamental defender que o Estado deve virar uma instituição do passado.

## Conclusão

A crise ambiental é assim um resultado das contradições inerentes do modo de produção capitalista que só pode ser profundamente entendida se considerarmos as estruturas basilares da sociabilidade regida pelo capital e a imprescindibilidade de sua superação. O processo cada vez maior e irremediável de devastação ambiental é inerente à própria autorreprodução do capital e de sua crise estrutural. Todos os esforços de conter as mudanças climáticas através de investimentos tecnológicos não resultarão em efeitos positivos, se a ciência continuar atrelada aos interesses de produtividade e não à satisfação das reais necessidades humanas.

Um então projeto de transformação de mundo claro e decisivo, é um projeto que deve partir da perspectiva de emancipação do trabalho, perspectiva com a qual é possível reconstruir a relação entre ser humano e natureza - relação mediada pela forma com a qual a humanidade poderá coletivamente conceber a sua riqueza e a sua distribuição. Somente uma nova sociedade,

---

<sup>10</sup>O conceito de trabalho associado é extremamente contemporâneo. Trabalho associado, ou trabalho dos produtores associados, significa trabalho que permite o controle livre, consciente, coletivo e universal do processo de produção e distribuição da riqueza. Sua forma de organização terá que ser muito mais sofisticada e complexa do que a que conhecemos hoje com o capitalismo, e deve imediata e necessariamente ser global. Com o trabalho associado será superado o controle do trabalho intelectual sobre o trabalho manual e toda a hierarquia que necessariamente acompanha o trabalho alienado. Ler Ivo Tonet et Sergio Lessa, *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 58.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

uma sociedade autenticamente comunista, de produtores livremente associados, é a alternativa à barbárie no qual estamos hoje globalmente submetidos.

## Referências

Ernesto Van Peborgh, *Redes: o despertar da consciência planetária*, São Paulo, DVS, 2013.

Esquerda Diário, 16/06/2020. <http://www.esquerdadiario.com.br/Auxilio-Emergencial-disputas-orcamento-e-provavel-reducao-do-valor>

Folha de São Paulo, 25/08/2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml>

Giovanna Girardi, Número de focos de incêndio em todo o Brasil neste ano já é maior desde 2013, *Estadão*, 19/08/2019.

<https://busca.estadao.com.br/?q=Alberto+Setzer++amazonia>

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004.

István Mészáros, *Produção destrutiva e Estado capitalista*, São Paulo, Ensaio, 1989.

István Mészáros, *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*, London, Merlin Press, 1995.

István Mészáros, *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo, 2002.

Ivo Tonet et Sergio Lessa, *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Traduction de l'allemand vers portugais par Regis Barbosa et Flávio Kothe. São Paulo : Nova Cultural, 1985.

Maxime Vaudano, Comprendre le revirement d'Emmanuel Macron sur l'accord UE-Mercosur, *Le Monde*, publié le 26 août 2019, mis à jour le 27 août 2019.

[https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2019/08/26/comprendre-le-revirement-d-emmanuel-macron-sur-l-accord-ue-mercosur\\_5503000\\_4355770.html](https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2019/08/26/comprendre-le-revirement-d-emmanuel-macron-sur-l-accord-ue-mercosur_5503000_4355770.html)

Sergio Lessa. *Abaixo à família monogâmica*, São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

Tom Thomas, *Ville et capital*, Paris, Jubarte éditions, 2019.